

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.423.099 - RJ (2018/0345359-8)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**
ADVOGADOS : **SERGIO BERMUDEZ - RJ017587**
 LUIZ CARLOS ZVEITER - RJ071132
 MARCELO BORJA VEIGA - RJ134980
AGRAVADO : **CONDOMINIO DO EDIFICIO GRIMALDI RESIDENCE SERVICE**
REPR. POR : **PROTEL ADMINISTRAÇÃO HOTELEIRA LTDA**
ADVOGADOS : **AGOSTINHO TEIXEIRA - RJ038918**
 PAULA CRISTINA HONORATO DE QUEIROZ E OUTRO(S) -
 RJ123292

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIÇOS PÚBLICOS. PRESTAÇÃO E COBRANÇA DE SERVIÇO PÚBLICO. TARIFA DE ESGOTO. MATÉRIA DE COMPETÊNCIA DA PRIMEIRA SEÇÃO (ART. 9º, § 1º, X, DO RISTJ). REDISTRIBUIÇÃO.

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto por Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, para impugnar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim ementado (e-STJ, fl. 392):

Apelação. Cedae. Cobrança de tarifa de esgoto. Alegação de cobrança sem a prestação do serviço de tratamento de esgoto. Sentença de improcedência. Apelo autoral. Autor que alega que nenhuma das etapas do serviço tratamento e coleta de esgoto é prestada pelo réu. Réu que requer prova pericial para comprovar tese que presta etapas do serviço, entretanto não efetua o pagamento dos honorários periciais, sendo decretada a perda da prova. Ausência de prova de prestação de QUALQUER FASE. Impossibilidade de cobrança por serviço não comprovado. Devolução de valores na forma simples. Prazo Prescricional decenal. Recurso que se dá parcial provimento.

Segundo se colhe do acórdão estadual, a recorrente defende, entre outros fundamentos, a legalidade da cobrança integral da tarifa de esgoto mesmo quando a prestação do serviço é parcial.

Dada essa configuração e tendo em conta que a questão de fundo diz respeito à prestação e cobrança por serviço público, determino sejam os autos

encaminhados para redistribuição a um dos Ministros das Turmas integrantes da Primeira Seção, nos termos do art. 9º, § 1º, IX, do RISTJ.

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

